

Seminário: As Cidades do Futuro

Celebração do Dia Mundial do Urbanismo | 8 NOV | CCDR LVT

<http://www.ccdr-lvt.pt/pt/celebracao-do-dia-mundial-do-urbanismo-%7C-seminario-as-cidades-do-futuro-%7C-8-novembro/9216.htm>

As cidades no futuro no contexto do neoliberalismo

Mário Moutinho

Há 20 anos (1995) entre os dias 27 de Setembro e 1 de Outubro teve lugar uma importante reunião no Hotel Fairmont de São Francisco, convocada pela recém criada Fundação Gorbachev na qual participaram 500 das mais importantes vozes neoliberais: políticos, banqueiros, empresários e académicos provenientes de 40 países: James Baker e George Shultz US Secretários de Estado; Georges Bush, Margaret Thatcher, e outros ex-primeiros ministros, Bill Gates e Murdoch, Zbigniew Brzezinski, Milton Friedman.

E muitos mais membros e dirigentes da Comissão Trilateral do Forum Económico Mundial, Instituto ASPEN, do Club de Rome, do grupo de Bilderberger.

Até aqui nada de extraordinário. O neoliberalismo reinava sem qualquer crítica. A recém revogação pela Administração de Bill Clinton (1993-2001) da Lei Glass-Steagall criada no tempo de Franklin Roosevelt a seguir à crise de 1929, separando os bancos comerciais das atividades puramente financeiras passou totalmente despercebida. Tanto quanto a nova lei (Lei Gramm-Leach 1999) que permitiu finalmente a plena consolidação entre instituições da indústria financeira e que naturalmente criou as melhores condições para todas as atividades que daí decorriam e decorrem.

Depois sabemos que a roleta do capital financeiro ganhou uma nova vida, a concentração da riqueza ganhou novo ânimo.

Quando se realizou a reunião do Hotel Fairmont estava-se nos anos em que uma nova ordem mundial estava a caminho, cheia de promessas de democracia, de tolerância de segurança.

Desregulação, mercado e concorrência iriam garantir um futuro melhor. O fim da guerra Fria permitiria de canalizar para o bem recursos imensos.

Mas a par destas visões também correu na reunião, no espírito da Ideologia Neoliberal, que chegaria um dia em que nos países mais desenvolvidos, bastaria existir uns 20% da população empregada, assegurando essencialmente os serviços necessários para o controlo do planeta com um novo lumpen espalhado pelos 4 cantos do mundo, produzindo os bens necessários à população dos países “rentiers”

Seria o bom destino do Consenso de Washington para as Políticas neoliberais: Livre circulação de bens e de comércio, a redução da parte dos orçamentos de Estado dedicados aos gastos públicos (saúde, educação ...), transferência para o Capital privado de todas as atividades lucrativas até então detidas pelos Estados e, finalmente, a liberalização do mercado de trabalho, pondo fim, pelo menos transitoriamente, a dezenas de anos de lutas laborais e sindicais.

Todas estas medidas tiveram como consequência canalizarem recursos reais e virtuais para a actividade financeira de investimento/especulação.

Mas os tempos passaram e as coisas não correram, nem correm bem assim.

Um estudo recente do Banco Mundial colocou a questão da pobreza de nova forma.

Lant Pritchett, economista do Banco Mundial e coordenador do estudo, colocou a pergunta que nos parece certa: se abaixo da mais baixa linha de pobreza, os tais abaixo de \$1 ou 2\$ por dia, as pessoas são efectivamente pobres, a partir de que linha deixam de o ser?

Em vez de colocar a população do planeta apenas em duas categorias “pobre” e “não pobre” trata-se de ver quem vive abaixo das linhas de \$2,5 de \$5,0 ou de \$10 por dia *per capita*.

As proporções assim são assustadoras, pois rapidamente percebemos que a quase totalidade da população mundial onde quer que viva, vive abaixo dos limiares de pobreza. Indigência, pobreza extrema e pobreza global correspondem a 88% da população mundial sobrando apenas 12% acima de qualquer linha de pobreza¹.

Se pensarmos que a população urbana não cessa de crescer, fácil é antever que

¹ Fonte: Lant Pritchett, Who is Not Poor? Dreaming of a World Truly Free of Poverty, The World Bank Research Observer 2006 21(1):1-23; (resumo da tabela 1, p 9)

a generalidade das cidades do futuro será cada vez mais condicionada pela pobreza.

Longe estamos do tempo em que se assumia nas recomendações do Plano de Ação de Vancouver de 1976:

1. O solo, devido à sua natureza única e ao papel crucial que desempenha nos assentamentos humanos, não pode ser tratado como um bem comum, controlado por indivíduos e sujeito às pressões e ineficiências do mercado. A propriedade privada da terra é também um instrumento principal de acumulação e concentração de riqueza e, portanto, contribui para a injustiça social; Se não for controlada, pode se tornar um grande obstáculo no planeamento e implementação de esquemas de desenvolvimento. A justiça social, a renovação e o desenvolvimento urbanos, o fornecimento de moradias dignas e as condições saudáveis para o povo só podem ser alcançados se a terra for utilizada no interesse da sociedade como um todo.
(Recommendations from the Vancouver Plan of Action, June 1976)

Hoje assume-se sem discussão outras propostas tal como nos Novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 2015 Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 metas

Até 2030, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas

Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planeamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países

Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos económicos, bem como o acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças !!!!!

Que mudança de compreensão tão profunda em tão pouco tempo.

Então o que será a Cidade do Futuro?

Só consigo imaginar 1 cenário para a cidade do futuro. Um futuro onde realisticamente a pobreza continuará a aumentar – onde as cidades serão cada vez mais lugares de exclusão e de insegurança. A população urbana crescerá nas periferias

de velhos centros urbanos vigiados por milhões de Camaras Vídeo, cada vez mais transformados em burgos rodeados de muralhas, físicas como na Idade Média mas agora também utilizando todos os recursos, que a indústria da computação renova todos os dias.

E a pobreza não vai certamente deixar de crescer, por milagre, como se evoca nos novos objectivos do Milénio.

O processo eleitoral em curso nos USA pela primeira vez coloca a questão de uma reforma do sistema financeiro mundial, pois cada vez mais se constata que a concentração crescente da Riqueza é parte da insustentabilidade do planeta, porque a sua relação com o Produto Bruto Mundial deixou de ter qualquer sentido. Tudo são derivados, Swaps, Futuros, Opções ...

Como afirmou Bernie Sanders ao longo do processo eleitoral, expressando uma nova corrente de pensamento, é cada dia mais necessário uma nova lei Glass-Steagall, porque a situação neoliberal assenta numa mistura incompatível de 2 culturas: a da banca tradicional assente na produção real de riqueza e o capital financeiro assente no curto termo, no retorno imediato, assente nos algoritmos de uma economia virtual.

Pena é que tanto Donald Trump, com Hillary Clinton estejam apenas preocupados com o imediato, ou pior ainda, preocupados apenas um com o outro. Hoje saberemos alguma coisa mais sobre o nosso futuro !!!

Mas Bernie Sanders, em 2016, obviamente ficou pelo caminho.

Nos tempos que correm todo o investimento produtivo aparece em última instância como uma aventura, comparado com a segurança do jogo financeiro esse sim garantido por uma nova ética da governança que se traduz na doutrina “de grande de mais para falir” assegurando em consequência a transferência dos recursos necessários, do Trabalho para o Capital. Perto está o tempo em que uma nova retenção na fonte se destinará directamente à sobrevivência dos bancos em falência.

E em Portugal nós sabemos bem disso, mesmo sem nunca aprendermos a lição. A história repete-se.

Sem trabalho nem produção de riqueza, quem viverá então nas cidades? No Centro dos países mais desenvolvidos os tais 20% de rentiers e seus servidores, na periferia alargada ao planeta no seu todo, os restantes 80% que venderão ou não o seu trabalho.

Neste contexto então, que Urbanismo e Ordenamento do Território precisamos em Portugal para responder aos desafios da Cidade do Futuro?

Dizem por ai que Portugal só conseguirá pagar a dívida que nos carregaram, lá para o ano 2100. Tanto quanto dizem por aí, que é sem sentido quando Mariana Mortágua defende a necessidade de renegociar essa dívida.

Toda a riqueza que será produzida entretanto seguirá os caminhos que nos dizem ser inevitáveis do capital financeiro internacional, mas que não servirá certamente à sustentabilidade social e naturalmente urbana tanto quanto à inclusão territorial que o País precisa.

O Urbanismo e Ordenamento do Território que precisamos em Portugal será então aquele que assumirá uma postura de resistência e que saberá atuar equacionando o contexto amplo onde estamos inseridos. Neste sentido, talvez que o maior desafio que se coloca seja o fomento da Educação para o Urbanismo, parte de uma mais vasta educação para a cidadania.

Pensamos na Educação formal para os futuros profissionais que serão devidamente qualificados em cada especialidade, tanto quanto deverão ter uma consciência crítica do mundo em que vivem.

Pena é que dos milhares de bacharelatos que existem em Portugal, nem meia dúzia se preocupam verdadeiramente com estas matérias da encruzilhada que é o Urbanismo.

Mas pensar que haverá mais formação é certamente pedir muito, pois nos últimos dez anos à sombra da Reforma de Bolonha, o Estado tem vindo a retirar-se da Educação universitária assegurando actualmente apenas os encargos residuais correspondentes a menos de 2 anos de ensino superior ao nível do bacharelato ou seja do 1º ciclo.

Se pensarmos numa educação para o Urbanismo nas escolas, na família, na comunicação social, a qual teria por objectivo dotar as pessoas de meios necessários para a compreensão dos desafios verdadeiramente importantes, então o panorama é ainda mais triste. O analfabetismo funcional não pára de crescer e, cada vez mais, estamos longe de uma justiça cognitiva.

O analfabetismo funcional entendido como a capacidade de usar informação escrita e impressa para responder de forma autónoma às necessidades da vida social, alcançar objectivos pessoais e desenvolver conhecimentos próprios, representa segundo o PNUD (relativo a dados de 2005), 48% dos portugueses que não percebem o que lêem ou têm dificuldade em entender parte da informação.

Os meios de comunicação nas suas diferentes formas asseguram com vigor uma alienação permanente. Outra coisa não seria de esperar pois de uma forma ou outra são pertença de grandes grupos financeiros e mais não podem ser que a voz do seu dono. Basta ver as prioridades dos noticiários e as letras gordas da imprensa onde uns se repetem aos outros num ciclo duplamente vicioso. Uma espécie de ruminância mediática que cresce numa construída impunidade jurídica e social.

Parafraseando quem hoje nos acolhe “mais do mesmo não é suficiente”

É necessário enfrentar os desafios do tempo presente com os recursos que possuímos, com os que existem mas que ainda desprezamos ou não cuidamos de utilizar, com os novos recursos que é preciso ainda inventar.

Mas é sobretudo necessário enfrentar os desafios do futuro urbano com as problematizações que expressam com realismo o tempo em que vivemos, mais amplas que a nossa casa, mais desconformes com a ideologia dominante, mais complexas que o saber isolado de cada um, mais afoitas contra o conformismo, mais militantes do saber e do fazer.